

**PERCEPÇÃO MATERNA SOBRE O COMPORTAMENTO DO PARCEIRO NO
CONTEXTO DA DEPRESSÃO PÓS-PARTO: ESTUDOS COM MÃES
PAULISTAS DE BAIXA RENDA.**

Júlia Scarano de Mendonça

Contato com o autor: juliascamendonca@gmail.com

Orientadora: Profa. Dra. Vera Sílvia Raad Bussab

Programa de pós-graduação: Psicologia Experimental

Nível do trabalho: Pós-Doutorado

Introdução. A depressão pós-parto materna (DPP) tem sido frequentemente considerada um distúrbio emocional com sérias implicações para a mãe e o bebê. Predominam estudos com foco exclusivo na mãe e na criança, sendo o parceiro e outros membros da família menos estudados. Estudos recentes apontam associações entre a DPP e disfunções familiares e sugerem a ocorrência de um “distúrbio psicossocial na família” associado à depressão.

Objetivo. O presente trabalho, inserido em um Projeto Temático FAPESP (Processo 06/59192-2) é composto por uma série de estudos que têm como objetivo compreender o papel da família, e mais especificamente o do parceiro, no quadro da DPP. **Método.** Quatrocentas famílias de baixa renda atendidas pelo Hospital Universitário da USP e pelo SUS participaram dos estudos. A depressão pós-parto materna foi avaliada pela *Escala de Depressão Pós-natal de Edinburgh* aos 4, 8, 24 e 36 meses. Entrevistas (gestação, 4, 8, 12, 24 e 36 meses) foram realizadas para coletar informações sobre a relação conjugal e coparental, e o nível de envolvimento do parceiro na família. **Resultados e discussão.** O primeiro estudo demonstrou associação entre percepção materna de pouco conflito conjugal com ausência de DPP e percepção de níveis mais altos de conflito na presença de DPP aos 4 e 8 meses da criança, o que levantou a questão sobre o sentido da associação entre DPP e conflito conjugal: o segundo estudo testou a hipótese da bidirecionalidade desses efeitos. Contrariamente ao esperado, não foram encontradas relações bidirecionais entre conflito conjugal e DPP. A DPP teve um impacto no conflito conjugal aos 4 e aos 24 meses da criança, enquanto que o conflito conjugal não influenciou a DPP em nenhum dos momentos testados, não se apresentando como fator determinante da DPP. O terceiro estudo demonstrou menor incidência de DPP aos quatro meses associada à presença do parceiro durante o trabalho de parto, o parto e a ajuda em casa durante o primeiro ano de vida da criança, sugerindo que o envolvimento do parceiro traz benefícios para o bem estar da mãe. O quarto trabalho considerou os sintomas depressivos de ambos os pais e demonstrou que mães sem sintomas

depressivos aos 4 e aos 36 meses da criança percebem os comportamentos do parceiro de maneira mais positiva do que mães deprimidas. Na presença de sintomas depressivos nos parceiros aos 36 meses, as mães percebem mais negativamente os comportamentos do parceiro relacionados à vida conjugal, mas não aqueles relacionados aos cuidados com a criança sugerindo que a depressão do parceiro afeta os subsistemas marido-mulher e pai-criança de forma diferente. **Considerações finais.** O conjunto dos trabalhos sugere a influência do parceiro na constituição da DPP e reitera a necessidade de se estudar os comportamentos dos membros da família de forma interdependente, em consonância com abordagens sistêmicas do desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Depressão pós-parto. Relação conjugal. Família.

Agência financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Trabalho apresentado na 42ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia e VIII Congresso Iberoamericano de Psicologia, São Paulo, SP, 17 a 20 de outubro de 2012.